



Education For Sustainability - A Reflection From The Institutional Theory

Maria Teresa Stefani

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E-mail: teresa.stefani@uol.com.br

Cássia Maria Paula Lima

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E-mail: camapali@hotmail.com

Janaína Rute da Silva Dourado

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E-mail: janaina.dourado01@etec.sp.gov.br

Abstract: The purpose of this article is to perform a theoretical approach, using some concepts from Institutional Theory to analyze issues related to education. After all, education has been considered almost unanimously as the solution to the challenges of modern society, with its power to influence and mobilize countless strands in its search for a sustainable society. Educating for sustainability is challenged to accelerate the process of change. However, to exert a role transformer, it is necessary that the own field of education reinvent itself, allowing innovation. As it is an established field for many centuries yet, modifying it is no simple task. Education is a broad and complex topic, approached by numerous aspects, from the academy in the construction of scientific knowledge, passing through the public agencies seeking alternative solutions for population, by private companies working with training in pursuit of sustainability, and reaching the individual who seeks, through education, new opportunities for personal growth . How to break long ago settled paradigms, which make them more difficult to be modified? How to rethink the role of every person and institution in society so that all they will adopt a behavior more suited to the changing needs of society connected and dynamic? To be viable as an alternative, the education for sustainability shall generate knowledge and encourage reflection, necessary elements to promote changes that will lead to the transformation of society, changing the way it organizes and structures its institutions.

Keywords: Education, Institutional Theory, Sustainability.



Educação para a Sustentabilidade - Uma Reflexão a Partir da Teoria Institucional

Maria Teresa Stefani

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Endereço: Rua Tumiaru, 214, ap. 131. São Paulo - SP.Cep: 04008-050

E-mail: teresa.stefani@uol.com.br

Cássia Maria Paula Lima

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

E-mail: camapali@hotmail.com

Janaína Rute da Silva Dourado

Mestre em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

E-mail: janaina.dourado01@etec.sp.gov.br

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão teórica, utilizando alguns conceitos da Teoria Institucional para analisar questões ligadas à educação e à sustentabilidade. Afinal, a educação tem sido apontada quase que unanimemente como a solução para os desafios da sociedade atual, com seu poder de influenciar e mobilizar inúmeras vertentes na busca de uma sociedade sustentável. Educar para a sustentabilidade tem como desafio acelerar o processo de mudança. Porém, para que exerça um papel transformador, faz-se necessário que o próprio campo da educação se reinvente, permitindo a inovação. Como se trata de um campo estabelecido há muitos séculos, modificá-lo não é tarefa simples. A educação é um tema amplo, complexo abordado por inúmeras vertentes, desde a área acadêmica com a construção do conhecimento científico, passando pelos órgãos públicos, que buscam soluções alternativas para o ensino, pelas empresas privadas que trabalham com a capacitação em busca da sustentabilidade, chegando ao indivíduo, que busca, através da educação, novas oportunidades de crescimento pessoal. Como quebrar paradigmas sedimentados e que, justamente, os tornam mais difíceis de serem modificados? Como repensar o papel de cada pessoa e instituição na sociedade de modo que todos passem a adotar uma conduta mais ajustada às novas necessidades da sociedade conectada e dinâmica? Para se viabilizar como alternativa, a educação para a sustentabilidade deve gerar o conhecimento e incentivar a reflexão, elementos necessários para promover as mudanças que levarão à transformação da sociedade, modificando a forma como ela se organiza e estrutura suas instituições.

Palavras-chave: Educação, Teoria Institucional, Inovação.

Datas de aceite: 15 de setembro de 2014

Datas de recebimento: 20 de março de 2014

INTRODUÇÃO

Educação e desenvolvimento sustentável. Dois temas por si só amplos e complexos, mas que precisam andar juntos para apoiar a sociedade na busca de soluções para a problemática socioambiental que estamos enfrentando atualmente.

Conceitos da teoria institucional são utilizados para dar luz aos campos da educação e da sustentabilidade, ajudando a endereçar discussões que contribuam na reflexão para avanços no caminho que está sendo percorrida rumo a uma sociedade sustentável.

Trata-se de um ensaio teórico, que traz reflexões a partir de opiniões de diversos estudiosos da sustentabilidade para a discussão de um tema tão atual. Adicionar elementos a uma das poucas coisas unânimes neste tema: a certeza de que a solução para o desenvolvimento sustentável passa pela educação, que através dela se poderão encontrar alternativas viáveis para endereçar a problemática socioambiental que a sociedade tem enfrentado.

TEORIA INSTITUCIONAL

A teoria institucional contribui para a compreensão de questões pertinentes à inserção da sustentabilidade na educação, bem como a identificação de elementos que promovem e outros que limitam a institucionalização de um processo de educação para o desenvolvimento sustentável.

Serão abordados neste ensaio teórico conceitos como campo, estrutura e habilidade social, que validam e legitimam o campo pelas regras e valores vigentes dentro de seus limites.

GARUD et. al. (2007) descrevem um campo como sendo um espaço onde as estruturas estão definidas por atores que detêm o poder e a ordem estabelecida confirma sua manutenção. E esforços são feitos para dar continuidade à situação atual, gerando recompensas aos agentes que garantem a conformidade.

Fligstein (2007) afirma há uma microestrutura dentro do campo, que explica a atuação dos atores no campo, ou seja, “é a combinação de recursos, de regras preexistentes e das habilidades sociais dos atores que funciona para produzir campos, estabilizá-los periodicamente e produzir a transformação” (FLIGSTEIN, 2007, p. 69). A habilidade social é a capacidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva, podendo partir de uma pessoa ou um grupo. Diferente do que a sociologia clássica teorizava, que as estruturas que promoviam as mudanças sociais ou mantinham sua reprodução, os campos têm estruturas que se mantêm estáveis por algum tempo, até que sejam modificados por situações e pessoas que decidam desafiá-los, podendo vir de fora ou de dentro do campo.

A partir da concepção de que os atores sociais têm um papel independente das estruturas na mudança social, Mendonça et al (2010) defendem que, os controladores do campo lutam para manter a ordem vigente e, para aqueles que não estão satisfeitos, resta a luta pela mudança. Ou seja,

As estratégias dos agentes ortodoxos (dominantes) tendem a criar uma série de instituições e mecanismos que asseguram sua dominação (rituais, cerimônias, títulos, certificados etc.). Os agentes heterodoxos (desafiantes) tendem a mostrar que estão descontentes com o status quo, valendo-se de estratégias que subvertem a distribuição de poder dentro do campo (as chamadas heresias), as quais implicam um contínuo confronto com a ortodoxia. (MENDONÇA et al, 2010, p. 4).

Este cenário demonstra que a mudança ocorre, apesar da resistência das estruturas vigentes de poder, quando os desafiantes encontram formas de articular ações empreendedoras, 'convencendo' os demais a modificar os valores e criando estruturas que atendam às novas formas de poder alinhadas com os desafiantes, expandindo os limites do campo.

Os responsáveis por essas ações empreendedoras são chamados de empreendedores institucionais, que, conforme definição de Garud et al (2007) são indivíduos ou grupos de indivíduos, que atuam com interesses em determinados arranjos institucionais e que conseguem arregimentar recursos para criar novas instituições ou transformar as existentes. As habilidades sociais dos empreendedores institucionais, bem como o poder que eles detêm no campo estabelecido, geram transformações mais ou menos profundas no campo e em suas estruturas.

Battilana (2009), por sua vez, afirma que essas transformações são realizadas pelos empreendedores porque eles são capazes de exercer uma visão crítica do ambiente, de criar condições para mudá-lo e de conseguir realizar a mudança necessária para alcançar um novo patamar. "Esses empreendedores são atores estratégicos hábeis que encontram formas de induzir grupos muito diferentes a cooperar, colocando-se na posição dos outros e criando significados que exercem apelo a um grande número de atores". (FLISGSTEIN, 2007, p.62).

Para este estudo, a educação e a sustentabilidade, foram consideradas campos. A educação é um campo historicamente mais antigo, com estruturas tradicionais e legitimadas. Já o campo da sustentabilidade, iniciou com esta nomenclatura a partir da década de 1970, no exterior.

Estes dois campos começaram a se correlacionar através da educação ambiental, sendo considerado um marco mundial a I Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, que ocorreu em Tbilisi, Geórgia em 1977, promovida pela UNESCO, um órgão das Nações Unidas.

Em países da União Européia o tema tem sido praticado há mais tempo que no Brasil, cuja I Conferência Nacional sobre o tema ocorreu em 1997, 20 anos depois da realizada no cenário internacional (LIMA, 2003).

Mais recentemente, a educação ambiental passou a ser reconhecida como educação para sustentabilidade ou educação para o desenvolvimento sustentável.

A seguir, será apresentado um resumo dos discursos mais bem aceitos na educação e na sustentabilidade, para posterior conexão dos mesmos.

DISCURSOS DE EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Como forma de alcançar a transformação da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável, a educação surge como instrumento para promover novos valores, mais sensíveis e favoráveis aos aspectos socioambientais. Lima (2009) sugere que

Por meio da educação, tratava-se, então, de estimular uma socialização pró-ambiente, capaz de explorar suas funções de reprodução cultural naquilo que a herança cultural valoriza: a vida humana, social e natural, e de transformação cultural daqueles aspectos da tradição e a das culturas dominantes que produzem processos de degradação da vida social e ambiental.

Porém, como conseguir transformar "aspectos da tradição e da cultura dominantes que

produzem processos de degradação da vida social e ambiental”, quando as escolas são parte integrante desta cultura? (LIMA, 2009).

A educação é como já foi dito anteriormente, um campo institucionalizado, que vem sofrendo questionamentos de diversos outros campos, bem como de atores internos a ele. Os atores com o discurso da sustentabilidade trazem propostas de modificação e até mesmo de ruptura das estruturas tradicionais da educação.

Dando voz aos adeptos do discurso da sustentabilidade, Gadotti (2007) afirma que, para incorporá-la, o campo da educação precisa ser transformado. Ele defende ainda que

O conceito de sustentabilidade na educação pode ter um impacto positivo não só no que se refere aos indivíduos, mas também nas necessárias mudanças do sistema educacional. Assim, podemos falar de um impacto no nível legal, reformas educacionais, curriculum, conteúdos, e no nível pessoal do compromisso, engajando numa vida mais sustentável. (Gadotti, 2007, p. 76-77).

Mudanças no campo da educação, para os adeptos do desenvolvimento sustentável, são o caminho para transformar a sociedade atual em sustentável.

A evolução da proposta da educação para a sustentabilidade está alinhada com o próprio avanço do campo do desenvolvimento sustentável, que ainda é objeto de questionamentos, não tendo conseguido chegar a um consenso entre os estudiosos do tema.

O campo do desenvolvimento sustentável surgiu, pelo menos de maneira institucional, a partir da década de 1970, com o Clube de Roma, com a publicação do documento *Os Limites do Crescimento*¹, onde era abordado pela primeira vez o consumo excessivo dos recursos naturais, ou seja, o crescimento indefinido não era viável e o planeta não teria condições de absorver o crescimento populacional estimado. Diversas ações e eventos se realizaram desde então. Porém, destaca-se a Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas, ocorrido em 1987, o primeiro a discutir em escala mundial, responsável pela publicação do relatório Brundtland, que define como desenvolvimento sustentável “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991). Foi o primeiro documento das Nações Unidas que projetou o debate social sobre o tema, partindo de uma concepção multidimensional do desenvolvimento.

A legitimação do discurso que qualifica o desenvolvimento sustentável se deu em 1992, na conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Ambiente, no Rio de Janeiro (VEIGA, 2010).

Desde então, o tema tem sido objeto de muitas discussões, inserindo-se cada vez mais no cenário mundial. Mesmo com todos os avanços alcançados nas últimas décadas, não se pode afirmar que o conceito de desenvolvimento sustentável já tenha sido institucionalizado, ou seja, ainda não estão completamente definidos os limites deste novo campo.

O campo da sustentabilidade começou a se delinear na educação através da educação

1 O relatório *Os Limites do Crescimento* – gerado por um grupo de personalidades de diversas áreas e países do mundo, que, baseados em modelos matemáticos desenvolvidos por um grupo de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), chegaram à conclusão que a Terra não suportaria o crescimento populacional frente à escassez de recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico.

ambiental, e vem sofrendo evolução acelerada. A proposta inicial focou no indivíduo e se inseriu como mais uma disciplina na estrutura tradicional da educação, limitando-se a atividades de reciclagem e propondo uma mudança de atitude pessoal diante do meio ambiente. Dentre as principais críticas sofridas por esta abordagem está a de que traz uma visão reducionista, que trata a crise ambiental como meramente ecológica, que confunde meio ambiente com natureza, como se a cidade não fizesse parte do meio ambiente e despreza dimensões políticas, éticas e culturais. (STERLING, 2001; TILBURY, 1996; SAUVÉ, 1997 apud LIMA, 2003, p. 109). LIMA (2003) afirma ainda que a solução está em abordar de maneira mais holística, com uma visão mais crítica da questão socioambiental, aplicando metodologias interdisciplinares, com criatividade, propondo respostas comportamentais e tecnológicas para solucionar problemas de maior complexidade.

Verifica-se uma evolução na educação desde a educação ambiental até o momento, com o discurso da educação para o desenvolvimento sustentável. Porém, é importante salientar que este discurso ficou mais restrito às ideias e discussões, não tendo sido objeto de grandes modificações efetivas na estrutura da educação, atendo-se ainda mais à reciclagem, que, embora essencial, não é suficiente para a criticidade deste desenvolvimento sem levar em conta também os aspectos social, político e cultural.

Contata-se que o campo da educação está instável por causa dos questionamentos advindos da sustentabilidade, mas não houve institucionalização de um discurso e ação mais críticos.

O DISCURSO ATUAL

Uma das críticas que recaem sobre o campo da educação formal atual é que ela propaga e reforça um comportamento predatório e individualista, onde cada aluno se prepara para poder competir melhor num mercado cheio de desafios e rivais (Gadotti, 2007). Portanto, modificar esta estrutura arraigada na educação é um dos desafios para a sustentabilidade, uma vez que um mundo sustentável pressupõe novas formas de abordar a sociedade em sua dimensão coletiva.

Para reforçar a importância de modificar a educação, e também a sociedade, para orientá-la para o coletivo, um artigo de Garrett Hardin (1968), biólogo inglês, tornou-se bastante emblemático, uma vez que chama a atenção para a forma como a sociedade atual lida com seus problemas.

O autor ilustra sua ideia através do exemplo de uma pastagem de uso comum a diversos pastores. Cada pastor pode utilizar-se do espaço e adicionar tantos animais quantos sejam interessantes para si. Ao adicionar um animal, o pastor é o único beneficiado com o lucro adicional da venda do animal. Ao mesmo tempo, a pastagem como um todo sofre degradação marginal, proporcional a cada animal inserido nela, sem que o pastor que o adicionou seja onerado por isso. A conclusão é que, o ganho individual e a degradação coletiva levam a uma “tragédia dos comuns”, uma armadilha social que condena o recurso comum à ruína no caso de exploração além de sua capacidade de recuperação. O paradigma das décadas após a 2ª guerra mundial era que o mundo iria e poderia crescer indefinidamente, tanto em uso dos recursos quanto da população. Após o Clube de Roma, em 1972, conforme já citado anteriormente neste artigo, a sociedade começou a dar-se conta de que esta abordagem não seria mais viável por muito tempo, os recursos naturais são finitos e, como tal, surgia um novo problema: o da escassez.

Hardin (1968) afirma que há duas categorias de problemas: aqueles que podem ser resolvidos por uma solução técnica e os que demandam uma mudança na maneira de agir. Os problemas da primeira categoria são, em teoria, mais fáceis de resolver, especialmente nos dias atuais, com a evolução tecnológica acelerada. Já para aqueles que uma solução técnica não é suficiente, para resolvê-los é necessária uma mudança na maneira de agir dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade. Hardin defende que a superpopulação, a poluição, bem como o uso dos recursos naturais são problemas que se enquadram na segunda categoria. A solução a ser buscada, para que não haja colapso dos recursos naturais, exige uma mudança de comportamento dos integrantes do todo.

Um caminho para realizar a mudança no comportamento da sociedade é trilhado pela educação, seja porque ela consegue inserir uma nova forma de pensar e agir da sociedade, mas também porque é através dela que se pode reforçar a importância da mudança de atitude, perpassando pelas gerações. “Education can counteract the natural tendency to do the wrong thing, but the inexorable succession of generations requires that the basis for this knowledge be constantly refreshed” (HARDIN, 1968, p. 1245).

FREIRE (1989), com outra abordagem, também sugere uma transformação na educação para que a cultura tradicional, individualista, passe a focar a interação coletiva, onde o benefício é para o todo, focando a colaboração ao invés da atual competição. Ou seja, FREIRE também defende uma grande mudança na sociedade, reforçando a importância de se modifica-la completamente através de uma nova educação, que torne a vida em sociedade mais sustentável. Embora ele não use especificamente este termo, seus argumentos reforçam a solução dos problemas de categoria de solução não técnica de Hardin:

Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. (FREIRE, 1989, p. 49).

Freire, com sua proposta de orientar a educação para a promoção da cidadania, a partir da vivência do aluno, traz uma discussão importante da forma de pensar o indivíduo frente ao coletivo. Seja no aspecto de fundamentar a união entre a teoria e a prática, como também valorizar o trabalho manual, que hoje é considerado para os que não têm capacidade de realizar tarefas mais nobres, mas que deve passar a ser reconhecida como uma atividade tão importante quanto a intelectual. Afinal, são partes integrantes e necessárias à sociedade, tanto o trabalho manual quanto o intelectual devem caminhar juntos na direção do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos teóricos abordados neste trabalho direcionaram uma reflexão sobre como a disciplina de sustentabilidade é aplicada no campo da educação formal atual. Nota-se uma evolução, saindo da educação ambiental, com uma visão bastante reducionista e simplificada

do que seria sustentabilidade, para uma visão de futuro, compartilhada por todos. Ainda é um processo incipiente, pois não seve a educação para a sustentabilidade realizada na prática.

O discurso do desenvolvimento sustentável propõe uma educação crítica, holística e orientada ao coletivo. A interdisciplinaridade da sustentabilidade é um desafio para a educação, uma vez que seu formato atual, por disciplinas estanques, torna sua implementação mais complicada.

Há, portanto, necessidade de modificar a estrutura educacional vigente, mas ainda não se chegou a um consenso sobre como e o que deve ser feito. De um lado, uma estrutura rígida, apoiada em modelos de atuação hierárquicos e tradicionais, de outro vem o desafiantes propondo uma reformulação dos papéis dos diversos atores, como os professores, os diretores, até mesmo a estrutura física das escolas. Novas formas de organizar o espaço, sem classes definidas por idade, mas por projetos ou por interesse dos alunos pode ser uma solução.

O discurso da educação para a sustentabilidade é um elemento desafiante do campo, mas ainda sem legitimação, pois não há resultados efetivos de trabalhos de escolas sustentáveis em número suficiente para fundamentá-lo. O que se verifica hoje são aulas de educação ambiental, mais orientadas à reciclagem do que ao desenvolvimento sustentável de maneira mais ampla.

A educação precisa atuar para levar a sociedade a desenvolver novas estruturas sociais, uma vez que as atuais são insustentáveis, pois reforçam o individual e a competição entre os alunos. O princípio do discurso desafiante está nas discussões entre o coletivo e o individual, que, em outras palavras, passa por mudar as formas de interação e relação entre as pessoas, para que a educação comece a formar pessoas com visão crítica, cientes de seu papel de cidadãos, preocupadas com as questões socioambientais e as gerações futuras.

Mudanças nos campos são processos conflituosos e difíceis de ser implementados, precisam de atores com habilidades sociais capazes de induzir a cooperação de muitos para gerar um movimento com força suficiente para transformar e gerar uma nova ordem social. E a sustentabilidade é um dos combustíveis que fornece a energia para a transformação do campo da educação. Existem outros combustíveis, como a violência nas escolas, a internet, novos equipamentos tecnológicos que têm desestabilizado esse campo.

A mudança necessária é tão complexa que torna a ação de difícil concretização, uma vez que demanda um consenso entre os atores que querem a manutenção da estrutura vigente e os desafiadores que querem sua transformação. Os conflitos são desafiadores e não levam a relações harmoniosas, mas são necessários à evolução da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável.

São sugeridos estudos para estruturar o campo da educação, direcionando para a dimensão coletiva, com ênfase nas questões éticas e de cidadania, como forma de contribuir ainda mais para a reflexão do tema educação para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BATTILANA, Julie; LECA, Bernard; BOXENBAUM, Eva. How Actors Change Institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship, *The Academy of Management Annals*, 2009: 65-107.
- [2] BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.) *Our Common Future: World Commission on Environment and Development*, Fundação Getúlio Vargas, 1991. (In Portuguese).
- [3] FREIRE, Paulo. *The Importance of the Act of Reading: three articles that complement*, Editora Cortez, 1989. (In Portuguese).
- [4] FLIGSTEIN, Neil. Social Skill And The Theory of Fields, *Revista de Administração de Empresas*, 2007: 61-80. (In Portuguese).
- [5] GADOTTI, Moacir. *Education for Sustainability, Inclusão Social*, 2008: 75-78. (In Portuguese).
- [6] GARUD, Raghu; HARDY, Cynthia; MAGUIRE, Steve. *Institutional Entrepreneurship as Embedded Agency: an introduction to the special issue*, Sage Publications, 2007: 957-965.
- [7] HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. *Science, New Series*, 1968: 1243-1248.
- [8] LIMA, Gustavo F. C. *Speech of Sustainability and Implications for Education, Ambiente & Sociedade*, 2003: 99-119. (In Portuguese).
- [9] _____. *Critical Environmental Education: from socio-environmentalism to sustainable societies*, *Educação e Pesquisa*, 2009: 145-163. (In Portuguese).
- [10] MENDONCA, Patricia M. E. de; ALVES, Mario A.; CAMPOS, Luiz Claudio. *Institutional Entrepreneurship on the Emergence of HIV / AIDS Policy Field in Brazil*, *Revista de Administração de Empresas*, 2009. (In Portuguese).
- [11] VEIGA, José Eli da. *Sustainability: the legitimation of a new value*, Editora Senac, 2010. (In Portuguese).